

## Políticas perigosas: reflexões sobre políticas culturais

Fernando Lopes<sup>1</sup>



Em *Política Cultural e Desentendimento* (IBDCult, 2016), Alexandre Barbalho apresenta o resultado de um esforço teórico construído em 2012, ao longo de disciplina homônima ministrada em programas de pós-graduação da Universidade Federal do Ceará e da Universidade Estadual do Ceará. De forma concisa e direta, Barbalho consegue, em uma obra curta, aprofundar-se em uma discussão sobre o espaço das políticas culturais na contemporaneidade, apresentando um olhar crítico sobre os modelos vigentes de políticas culturais e propondo caminhos para novos paradigmas.

Os capítulos iniciais se dedicam a posicionar a cultura nos contextos econômico e social - ou da geração de renda e da inclusão social. Para o autor, estes paradigmas são os responsáveis pela perda da potência crítica da cultura. O primeiro, por submetê-la à lógica do mercado e do consumo; o segundo, por gerenciá-la na lógica da biopolítica<sup>2</sup>. O que o autor

---

<sup>1</sup> Graduado em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Mestrando em Jornalismo pela mesma instituição. E-mail: banjovilla@gmail.com

<sup>2</sup> Barbalho se utiliza, aqui, de um conceito desenvolvido por Foucault. A biopolítica indica uma modificação na forma de exercício do poder. Se, antes, buscava-se governar o indivíduo, agora o alvo é o conjunto de indivíduos, a população. Biopolítica é, portanto, a prática de biopoderes. Estes, por sua vez, têm a população tanto como alvo quanto como instrumento em relações de poder. No contexto da obra aqui apresentada,

busca é uma forma de gerenciamento das políticas culturais que não precise optar pelo individualismo liberal ou pela lógica identitária dos comunitaristas.

O percurso teórico se inicia com a relação entre cultura e mercadoria, no qual o autor insere, para além do valor de troca e de uso, o valor-signo, apresentado por Baudrillard: as mercadorias – tanto aquelas identificadas de forma imediata como cultura (filmes, livros etc) quanto outras (automóveis, eletrodomésticos) – deixam de ser apenas utilitários, operando como dispositivos de distinção social. “Uma geladeira não deve ser apenas um local para manter refrigerados os alimentos, mas uma peça de art déco” exemplifica.

Resulta, deste movimento, a fusão das esferas econômica e cultural. Cultura, neste contexto, se torna “geradora de emprego e renda”, o que influencia as políticas culturais do setor em um contexto liberal.

Uma das consequências deste cenário, em termos práticos, é a valorização da chamada “economia criativa”, que subordina a criatividade à inovação e às demandas de mercado através da propriedade intelectual. No Brasil, por exemplo, este movimento esteve em evidência enquanto política cultural durante os anos de 2011 e 2012, com a gestão de Ana de Hollanda no Ministério da Cultura. Notória adversária do compartilhamento livre de conteúdo<sup>3</sup> e acusada de alinhamento ideológico com o Ecad (Escritório Central de Arrecadação e Distribuição)<sup>4</sup>, Ana de Hollanda foi responsável pela criação da Secretaria de Economia Criativa, explicitando a intenção de se mesclar cultura e mercado.

A crítica de Barbalho, entretanto, não se restringe ao caminho trilhado por práticas de cunho liberal. Algumas iniciativas comumente associadas à esquerda política, como o multiculturalismo, também contribuem para uma cultura não-emancipatória: a justiça social, neste caso, se funde com a lógica da utilidade sociopolítica e econômica, criando-se um “mercado da diversidade” que, ao mesmo tempo em que coloca minorias identitárias em evidência, mantém a divisão de classes, pois seu público consumidor segue sendo a classe

---

isso significa dizer que, na lógica da cultura enquanto inclusão social, há uma instrumentalização que faz com que ela (a cultura) adquira um caráter utilitarista, suprimindo lacunas deixadas por áreas como a economia e o social.

<sup>3</sup> Ao assumir o Ministério da Cultura, a primeira atitude de Ana de Hollanda foi retirar do site do MinC o selo da licença Creative Commons, que flexibilizava a noção de propriedade intelectual do conteúdo ali disponibilizado.

<sup>4</sup> Este alinhamento ideológico foi analisado por Jotabê Medeiros em 2012, em texto disponível em <http://farofafa.cartacapital.com.br/2012/03/12/ministerio-do-ecad/>.

média. O “outro”, neste sentido, é aceito somente quando sua alteridade se torna palatável para as indústrias culturais.

A cultura, se legitimando como mercadoria geradora de emprego e renda, acaba por contribuir para a coesão social. Barbalho cita, a título de ilustração, projetos governamentais e civis que buscam a “inclusão social” de pessoas em “situação de risco”. Através destes programas, estas parcelas da população, que podem oferecer riscos ao restante da sociedade, são capazes de se inserir nela. É a cultura resolvendo problemas que, antes, eram da alçada da economia e da política.

O dilema, então, está em compreender “quais possibilidades estão postas na relação entre a cultura e o social que não sejam a da gerência das pessoas e das coisas”, o que potencializaria o pluralismo de fato, a diferença e o embate, ao invés do controle que anula perigos e riscos.

### **Estética e antropologia**

Retomando Miller e Yúdice, Barbalho identifica dois registros no qual política e cultura se relacionam: registro estético e registro antropológico. O primeiro diz respeito a critérios constituídos por agentes artístico-culturais, com a arte funcionando como indicador de identidades, gostos e status. No segundo registro, a cultura indica modos coletivos de vida, articulando as diferenças. O desafio das políticas públicas é fazer a ponte entre estes registros.

Dois dos seis capítulos da obra são dedicados a esmiuçar as diferenças entre os registros, tendo os modelos anglo-americano e francês de políticas culturais como exemplos. No primeiro, há uma perspectiva processual do liberalismo, que afirma o papel fundante do direito individual sobre o coletivo. Busca-se um tratamento igualitário entre seus membros, numa perspectiva que abre mão de uma definição substantiva sobre o “sentido da vida” ou sobre o que seria uma “vida boa”. Dignidade, aqui, é sinônimo de autonomia: cada pessoa deve ter a capacidade de determinar para si própria uma visão de vida boa.

Este pensamento implica em uma visão pragmática da função do governo e das relações cidadão-Estado. Neste cenário, as políticas culturais são marcadas pela forte presença de fundações de roupagem filantrópica, como Rockefeller e Ford, que se utilizam de incentivos, reduções e exonerações fiscais em suas atividades de incentivo à cultura. A política cultural anglo-americana, assim, é em grande parte uma política fiscal.

Com empresas construindo sua imagem através da intervenção na cultura, há pouco espaço para a arte contestatária, experimental e de vanguarda. No Brasil, este movimento pode ser ilustrado por iniciativas como a Lei Rouanet e a Lei do Audiovisual.

No modelo francês, por sua vez, o liberalismo substantivo empreende esforços em definir o significado de “vida boa”, rompendo com a suposta neutralidade do processualismo. Isso implica na promoção de determinada cultura sem, entretanto, colocar em xeque os direitos individuais. Apesar de um ponto de partida distinto, Barbalho argumenta que este caminho chega a um fim semelhante ao do processualismo: ao definir o que é a vida boa, a política encaminha a sociedade para uma concepção que não consegue dar conta de captar as diferenças culturais.

No campo da atuação em políticas culturais, o modelo francês se desgasta ao longo dos anos devido à alta burocratização, transformando o sistema em uma tecnocracia clientelista. A cultura, então, acaba por ser tratada como qualquer outra área, como a economia e o social, por exemplo.

### **Caminhos possíveis**

Recorrendo ao filósofo argelino Jacques Rancière, Barbalho encerra seu texto (no momento mais denso em termos teóricos) propondo caminhos para repensar as políticas culturais. Barbalho questiona: o que ainda pode uma política cultural?

Pela lógica do desentendimento, emprestada de Rancière, o papel da política cultural é a de retomar as manifestações culturais que ocorrem nos múltiplos lugares do espaço social, não se tornando refém da “política purificada”, onde há pouca política e muito desencanto. Os movimentos político-culturais, então, não devem se vincular meramente aos interesses do mercado ou à “virtude” da arte elitista. Uma política cultural de facto só seria possível caso seus agentes se assumissem como “expressão dos sem-parcela”, ou seja, a classe de invisíveis - os pobres da Antiguidade, o proletariado moderno. Contudo, como já mencionado, mesmo a política cultural contemporânea que se pretende inclusiva acaba por excluir a camada sem-parcela.

Desta forma, repensar as políticas culturais implica em repensar a própria noção de democracia. Ainda com Rancière, Barbalho traz a noção de pós-democracia, que seria “a democracia consensual, essa democracia idílica, da concordância, em vez do conflito, entre

indivíduos e grupos, pressupondo todos eles possuidores de uma parcela, todos eles com- parcela”. Neste cenário, é necessária uma nova democracia para que se tenha uma nova política cultural.

Mas é possível pensar em alternativas não utópicas. Rancière afirma que “uma política cultural não pode se institucionalizar, caso contrário vira polícia”. Embora tenha sido contemporâneo e conterrâneo dos acontecimentos que marcaram o maio de 68 na França, o filósofo manteve certa distância das ações diretas ocorridas no período. Contudo, seu pensamento encontra eco na ideia de revolução permanente apresentada pelo movimento. Dizia o situacionista Guy Debord, uma das figuras centrais do maio de 68, que “o que queremos, de fato, é que as ideias voltem a ser perigosas”. O mesmo pode ser dito em relação às políticas culturais.

#### **Ficha Técnica:**

**Título:** Política Cultural e Desentendimento

**Autor:** Alexandre Barbalho

**Editora:** IBDCult (Fortaleza)

**Ano:** 2016

**Número de páginas:** 107

**ISBN:** 9788569652038

#### **Referências**

BARBALHO, Alexandre. **Política Cultural e Desentendimento**. Fortaleza: IBDCult, 2016.